



Comissão vota projeto que cria limites para a dívida da União

Texto substitutivo de José Serra exige um controle maior sobre o endividamento, após uma transição de 15 anos, e será analisado amanhã na CAE

Marcos Oliveira/Agência Senado



Projetos de resolução que estabelecem limites à dívida consolidada da União, de forma semelhante ao que é exigido de estados e municípios, estão na pauta de amanhã da Comissão de Assuntos Econômicos. O texto recebeu substitutivo de José Serra prevendo que, no fim de 15 anos, a dívida bruta não poderá exceder 4,4 vezes a receita corrente líquida (RCL). A dívida

líquida não poderá ser superior a 2,2 vezes a RCL. O projeto original só previa limite para a dívida líquida. Segundo Serra, a razão para abranger também a dívida bruta está na utilização, nos últimos anos, da chamada “contabilidade criativa” e nas “obscuras relações patrimoniais” entre o Tesouro e o Banco Central. Após a votação na CAE, a proposta será analisada pelo Plenário. **3**

José Serra (de pé) conversa com o presidente da CAE, Delcídio do Amaral, entre o diretor do Banco Central Altamir Lopes (E) e o senador Raimundo Lira

Debates tratam hoje de minerais na pecuária e imposto sindical **4**

Senadores recebem MP que busca evitar desemprego **3**

Casa reduz consumo de água, e conta cai 15% desde 2013

O Serviço de Manutenção de Instalações tem percorrido os prédios do Senado nos últimos anos para reparar vazamentos e trocar torneiras antigas por modelos mais econômicos. A equi-

pe de jardinagem foi envolvida e também reduziu o uso de água. Em 2012, o consumo no Senado foi de 292 milhões de litros. Para 2015, a previsão é de 160 milhões de litros de água. **2**



Funcionário da jardinagem molha plantas do Senado: consumo de água vem caindo ano a ano

Texto da terceirização de presídios tranca pauta do Plenário **3**

Líderes apoiam proibição de “jabutis” em medida provisória **3**

ACONTECEU NO SENADO



Reunião da CCI em que projeto foi aprovado: provimento dependerá do Orçamento

Comissão aprovou 8 mil novos cargos públicos

Projeto que cria cargos públicos federais foi aprovado na última semana pela Comissão de Constituição e Justiça e vai para o Plenário. Outros destaques da

semana foram a instalação de cinco comissões mistas de MPs e depoimento na CPI do Carf sobre Juliano Nardes, sobrinho de ministro do TCU. **4**

Em evento, especialistas falarão sobre infância

De amanhã a quinta-feira, será realizada no Senado a 8ª Semana da Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz. Especialistas fa-

larão sobre o impacto que as experiências vividas nos primeiros seis anos da criança terão nos genes ao longo de toda a vida. **4**



Crianças visitam o Congresso: experiências vividas até os 6 anos têm impacto decisivo nos genes

Pedro Franco/Agência Senado

Marcos Oliveira/Agência Senado

Pedro Franco/Agência Senado

Contas de água do Senado diminuem 15% desde 2013

Nos últimos anos, o Serviço de Manutenção de Instalações percorreu os prédios da Casa em busca de vazamentos, que foram reparados, e de torneiras com mau funcionamento, que foram substituídas



O SENADO VEM reduzindo ano a ano o consumo de água. Em comparação com 2012, a economia neste ano deverá ser de 132,07 milhões de litros.

Em 2012, o Senado consumiu 292 milhões de litros de água. Em 2013, 228,8 milhões. Em 2014, 160,2 milhões. A projeção para 2015 é de 160 milhões de litros, segundo a Diretoria-Geral do Senado.

Com a redução do consumo desde 2012, o Senado economizou 327 milhões de litros.

A redução é resultado do reparo de vazamentos e de mudanças na irrigação das áreas verdes, de acordo com Klébert Machado, do Serviço de Manutenção de Instalações do Senado. O impacto dessas medidas é refletido nos valores das contas de água, que caíram 15,4% desde 2013.

— Houve busca de vazamentos nas principais ligações dos edifícios, nos reservatórios e nas redes de alimentação dos prédios. Além disso, foi feito um trabalho com a área de jardinagem que teve um impacto muito expressivo, pois a irrigação no período da seca exige um consumo exorbitante de água — explica Machado, acrescentando que houve troca de equipamentos para racionalizar o uso da água.

Atualmente, são realizadas



Marcos Oliveira/Agência Senado

Setor de jardinagem também participa das ações de economia de água

varreduras constantes nos edifícios do Senado, a fim de identificar novos pontos de desperdício. De acordo com Machado, o contrato de manutenção hidrossanitária garante suporte aos reparos necessários no sistema hidráulico e sanitário. A tendência, avalia, é estabilizar o consumo, pois novos vazamentos são eventuais e de pequeno porte.

Boas práticas

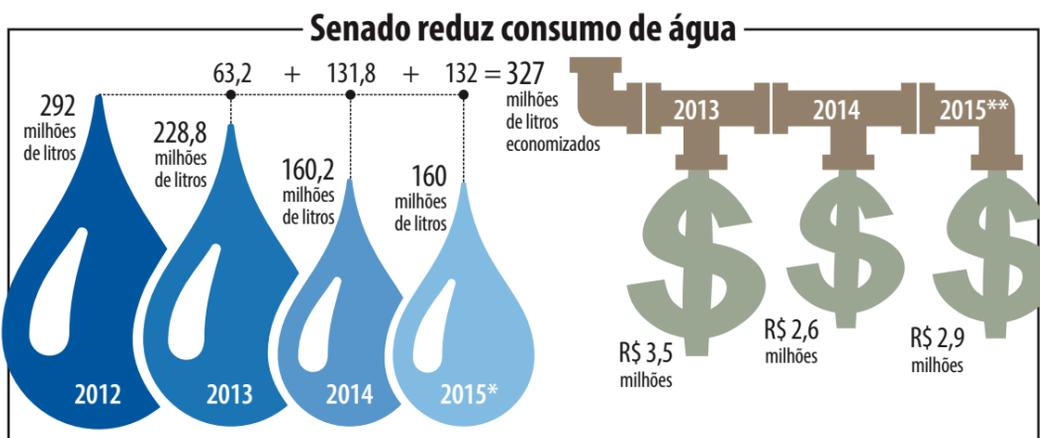
O próximo desafio, segundo Klébert Machado, é reduzir 5% do consumo de água nos próximos 12 meses. A previsão é um dos eixos do Plano de Gestão de Logística Sustentável do Senado. Uma das medidas é a substituição das torneiras que apresentarem defeito por modelos mais econômicos.

— Nos lugares de maior fluxo de pessoas, existem as torneiras de fechamento automático. Elas [as tornei-

ras] também receberam um arejador, que tem a função de diminuir o fluxo de água. Além disso, haverá a troca de bacias sanitárias antigas, que podem consumir até 20 litros a cada acionamento. Os modelos novos consomem 6 litros — afirma.

A coordenadora do Núcleo de Coordenação das Ações Socioambientais do Senado, Andrea Bakaj, explica que tem adotado ações de conscientização para os servidores. Uma das linhas de atuação é com a rede de voluntários Ecolega, criada para disseminar as boas práticas já adotadas por algumas unidades do Senado.

— Percebemos que, às vezes, os funcionários não se empenham porque não têm o conhecimento necessário. Com o programa, conseguimos levar a informação e dar subsídios para que executem as boas práticas dentro do ambiente de trabalho — explica Andrea.



AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



SEGUNDA

CDH Custeio dos sindicatos
9h A comissão realiza audiência sobre as fontes de custeio das entidades sindicais.

AERONÁUTICA Serviços aéreos
10h A comissão de especialistas analisa serviços aéreos e propostas de redação para o novo código.

PLENÁRIO Pronunciamentos
14h A sessão é não deliberativa, destinada a discursos dos senadores e avisos da Mesa Diretora.

MINERAÇÃO Minerais para pecuária
17h A subcomissão faz audiência sobre minerais para a agricultura e a pecuária.

TERÇA

CCT Ciência sem Fronteiras
9h A comissão apresenta pesquisa Data-Senado sobre o Ciência sem Fronteiras.

AERONÁUTICA Preços de passagens
9h A comissão de especialistas faz reunião de trabalho. Às 14h, audiência interativa debate sobre as tarifas de voos no país e o preço do combustível da aviação.

CAE Orçamento 2016
9h30 A comissão analisa as emendas ao Projeto de Lei Orçamentária de 2016.

CMA Regulagem de calibradores
9h30 Na pauta da comissão, texto sobre calibradores de pneus e mais 11 itens.

INSTITUCIONAL Primeira infância
9h30 Abertura da 8ª Semana de Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz.

SENADO DO FUTURO Emendas
9h30 A comissão discute as emendas ao PLN 7/2015, que serão apresentadas à CMO.

CE Galeria de presidentes
11h Inauguração da galeria de ex-presidentes da comissão. Depois, pauta com 11 itens.

CMO Colégio de Líderes
14h Reunião do Colégio de Líderes da comissão sobre a LDO de 2016.

MP 687/2015 Ancine, Cade e Ibama
14h30 Apreciação de relatório sobre a MP que autoriza a atualização de taxas cobradas pela Ancine, pelo Cade e pelo Ibama.

MERCOSUL Tarifa aeroportuária
14h30 A Representação Brasileira no Parlasul analisa isenção do pagamento da tarifa aeroportuária.

QUARTA

PACTO FEDERATIVO Zona franca
14h30 A comissão analisa projeto que cria a Zona Franca de São Luís.

MP 684/2015 ONGs
15h Comissão avalia relatório à MP sobre vigência do marco regulatório das ONGs.

MP 696/2015 Presidência
15h Reúne-se comissão da MP que redeseenha estrutura da Presidência da República.

CMO Lei orçamentária
15h Comissão Mista de Orçamento analisa e vota emendas à Lei Orçamentária de 2016.

QUINTA

CI BR-319
8h30 Audiência pública interativa sobre recuperação da BR-319, que liga Manaus a Porto Velho.

CDR ICMS
9h Segunda audiência pública sobre projeto que fixa alíquotas de ICMS nas operações e prestações interestaduais.

CDE/CDH Primeira infância
10h Audiência pública conjunta sobre "Primeira infância e epigenética: um novo paradigma no desenvolvimento infantil", na programação da 8ª Semana de Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz.

CPI DO FUTEBOL Federações estaduais
14h30 Audiência pública com presidentes das federações de futebol de Ceará, Goiás, Pernambuco, Espírito Santo, Rondônia e Amapá.

INSTITUCIONAL Oficinas
9h Têm início as oficinas temáticas da 8ª Semana de Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz.

CCI Iniciativa legislativa
10h Audiência pública interativa sobre PEC que divide com estados e municípios o poder da União de criar leis.

CRE Sabatinas
10h Sabatina dos indicados para as embaixadas do Brasil na Indonésia, no Sri Lanka e em Benin.

CE Educação básica
14h Audiência pública sobre o "Financiamento da Educação Básica no Brasil".

SESSÃO ESPECIAL Correio do Povo
14h Sessão para comemorar os 120 anos do jornal Correio do Povo.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS

Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa> • **Alô Senado:** 0800 612211
Acompanhe: • **Portal e-Cidadania:** senado.leg.br/cidadania
• **Facebook:** [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • **Twitter:** [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado) • **TV:** senado.leg.br/TV

TV SENADO

A TV Senado transmite, a partir das 9h, **audiência pública da Comissão de Direitos Humanos**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portella
Suplentes de secretário: Sérgio Petecão, João Alberto Souza, Elmano Férrer e Douglas Cintra

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Iccassatti Hermano
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Coordenação de Edição: Silvio Burle
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Site: www.senado.leg.br/noticias

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Substitutivo de José Serra a projeto de resolução prevê tetos tanto para a dívida consolidada bruta quanto para a líquida, após um período de transição de 15 anos

Projeto cria limites ao endividamento da União

AGENDA BRASIL

A DÍVIDA CONSOLIDADA da União poderá ser limitada, de forma semelhante ao que é exigido de estados e municípios. Está na pauta de amanhã da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) projeto que estabelece um período de transição de 15 anos para que a administração pública federal tenha um controle maior sobre o endividamento.

O PRS 84/2007 foi apresentado em 2000, quando o então presidente Fernando Henrique Cardoso encaminhou ao Congresso duas propostas de limites para as dívidas: uma para a União e outra para estados, Distrito Federal e municípios. No relatório, José Serra (PSDB-SP) lembrou que parte

da mensagem presidencial transformou-se na Resolução do Senado Federal 40/2001, que define os limites globais da dívida pública consolidada e da dívida pública mobiliária dos estados, do DF e dos municípios. Ficou pendente a edição de resolução sobre as dívidas consolidada e mobiliária da União. Essa parte foi convertida no PRS 84/2007, não aprovado na época.

Serra apresentou um substitutivo, prevendo que, no fim de 15 anos, a dívida bruta não poderá exceder 4,4 vezes a receita corrente líquida (RCL). Já a dívida líquida não poderá ser superior a 2,2 vezes a RCL. O texto integra a Agenda Brasil, conjunto de projetos para o país retomar o crescimento.

— O projeto original só previa limite para a dívida líquida. A



Plenário deverá dar a palavra final sobre a proposta que será analisada amanhã pela Comissão de Assuntos Econômicos

razão para abranger também a dívida bruta, em que aparecem, por exemplo, as operações com os bancos públicos federais, está na utilização, nos últimos anos, da chamada contabilidade criativa — observou.

O senador explicou que a “contabilidade criativa” designa operações entre instituições financeiras controladas pela União e o Tesouro para financiar despesas, sem que isso apareça nas estatísticas de dívida líquida.

para reduzir a liquidez da economia.

O texto reconhece que “já está contratado” o aumento da dívida para os próximos cinco anos, em razão dos gastos nos últimos anos. Ele fixa temporariamente um limite elevado para esse período. Se houver descumprimento da trajetória traçada, ao longo dos 15 anos de ajustamento, o ministro da Fazenda ficará obrigado a publicar carta aberta ao presidente do Senado explicando os motivos e apresentando providências para corrigir os problemas. Da CAE, o projeto seguirá ao Plenário.

Incluído na constituição da Alemanha, freio na dívida dá resultado

Uma experiência de limitação da dívida pública foi colocada em prática pela Alemanha, que devia o correspondente a 82,5% de seu produto interno bruto (PIB) após a reunificação com a antiga Alemanha Oriental, na década de 1990. Para se enquadrar no limite

de 60% da relação dívida/PIB fixada pelo Tratado de Maastricht (que deu origem à União Europeia), o Parlamento alemão incluiu, em 2009, na constituição do país (Lei Básica), o *debt brake* (freio ou travão na dívida), composto por três elementos:

Limites estritos para os déficits estruturais do governo	Déficits de até 0,35% do PIB para o nível federal e déficit zero para os estados federados, que obrigam os governos central e federados a realizar cortes lineares nos gastos públicos até o enquadramento nesses tetos.
Elemento cíclico	Permite aumento ou redução desses limites, em conformidade com a situação econômica do país
Cláusula de exceção	Permite a quebra das regras em circunstâncias excepcionais
Como resultado, em 2014, a Alemanha alcançou um excedente orçamentário de 18 bilhões de euros ou 0,6% do PIB. Outros países europeus, como a Suíça, estão adotando o <i>debt brake</i> .	

Relações obscuras

O segundo motivo para impor limite à dívida bruta, conforme Serra, está nas “obscuras relações patrimoniais” entre o Tesouro e o Banco Central. Ele disse ter observado nos últimos anos um expressivo aumento da colocação de títulos públicos no mercado pelo BC por meio das chamadas operações compromissadas — empréstimos tomados pela instituição

Acompanhe a Agenda Brasil
<http://bit.ly/infoAgendaBrasil>

MP que visa preservar empregos chega ao Plenário

Já chegou ao Senado a Medida Provisória 680/2015, que institui o Programa de Proteção ao Emprego (PPE). Ele permite às empresas em dificuldade financeira diminuir a remuneração e a jornada de trabalho de seus empregados em até 30%, mediante o compromisso de não demiti-los sem justa causa.

O governo, nesse caso, paga até metade da parcela do salário que o trabalhador deixar de receber, limitada a 65% do teto do seguro-desemprego, o que corresponde, em valores de hoje, a R\$ 900,85. Para isso, vai utilizar os recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Na quarta, a Câmara finalizou a votação da MP aprovando o parecer do deputado Daniel Vilela (PMDB-GO) que havia



Programa de Proteção ao Emprego reduz jornada de trabalho e remuneração

sido acolhido pela comissão que examinou o assunto.

Para exemplificar como funcionará o PPE, um trabalhador que receba R\$ 5 mil por mês de uma empresa participante receberia R\$ 4.250 com a redução de 30% da jornada de trabalho e do salário. Desse total, R\$

3,5 mil serão pagos pelo empregador e R\$ 750 pagos pelo governo com recursos do FAT.

O governo estima que gastará R\$ 97,6 milhões do FAT com o programa. O Executivo argumenta que ele não só preservará empregos como reduzirá os custos das empresas.

Fim dos “jabutis” é positivo, avaliam líderes

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, na quinta-feira, que o Congresso Nacional não poderá mais incluir em medidas provisórias artigos que não tenham pertinência temática com o texto original enviado pelo governo. A prática conhecida como “jabutis”, ou “penduricalhos”, foi consi-

derada inconstitucional pela maioria dos membros do STF.

Os líderes dos Blocos de Apoio ao Governo, Delcídio do Amaral (PT-MS), e da Oposição, Alvaro Dias (PSDB-PR), elogiaram o novo entendimento determinado pelo STF.

— O que estava acontecendo era uma brincadeira, uma de-

turpação que desconfigurava muitas vezes o texto original de uma MP — afirmou.

Para Alvaro, a decisão organiza o processo legislativo no que tange às MPs.

— Todas as MPs eram cheias de penduricalhos. Não imagino o Senado aprovando as MPs da forma como se encontram.

Trancada, pauta tem propostas sobre segurança pública e estatais

A pauta do Plenário desta semana começa trancada pelo Projeto de Lei de Conversão (PLV) 17/2015, decorrente da Medida Provisória (MP) 678/2015. A MP, que tem validade até quarta-feira, autorizou o uso do Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC) em licitações e contratos na segurança pública, incluindo as áreas de defesa civil e inteligência.

O texto aprovado na Câmara dos Deputados incluiu na MP a permissão para licitar, também pelo RDC, a administração de prisões e unidades socioeducativas para jovens infratores. Isso gerou controvérsia por abrir possibilidade de privatização no sistema prisional.

O PLV também altera a Lei de Execução Penal para permitir, nos estabelecimentos penais, a terceirização de diversos setores, como telecomunicações e serviços relacionados à execução de trabalho pelo preso.

Durante a tramitação na Câmara, foi incluída no texto nova tentativa de prorrogar o prazo, até 2018, para os muni-

cípios acabarem com os lixões e criarem aterros sanitários. O prazo acabou em agosto.

Outro item da pauta relacionado à segurança é a Proposta de Emenda à Constituição 24/2012, de João Capiberibe (PSB-AP), que cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Segurança Pública.

Também consta da pauta o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 101/2015, que tipifica o terrorismo. Ainda não há, porém, um acordo sobre o texto final. O líder do governo no Senado, Delcídio do Amaral (PT-MS), disse que buscará até amanhã um entendimento.

A pauta ainda traz o Projeto de Lei do Senado (PLS) 555/2015, que cria a Lei Geral das Estatais. Sem acordo, porém, o texto não deve ser votado nesta semana. De acordo com Delcídio, a matéria deve ser votada em novembro.

Na quarta, está prevista a votação de dois projetos que alteram o Código de Defesa do Consumidor. O substitutivo ao PLS 281/2012 trata do comércio eletrônico e o substitutivo ao PLS 283/2013, de proteção ao superendividamento.

Evento discute a influência dos traumas sobre os genes

Entre amanhã e quinta-feira, o Senado fará a 8ª Semana de Valorização da Primeira Infância, que contará com palestras de especialistas brasileiros e estrangeiros sobre o desenvolvimento infantil

AS EXPERIÊNCIAS VIVIDAS pela mãe na gravidez influenciam o comportamento dos genes da criança, atuando tanto no aparecimento de características de personalidade como no desenvolvimento de doenças. Do mesmo modo, o que ocorre na primeira infância (até os 6 anos) tem consequências na forma com que os genes vão se comportar durante toda a vida.

Por isso, o tema da 8ª Semana de Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz, que o Senado realiza de amanhã a quinta-feira, no Auditório Petrônio Portella, será “A epigenética e o desenvolvimento infantil”.

A epigenética se dedica a pesquisar variações celulares e fisiológicas causadas por fatores externos e ambientais que afetam o modo como os genes são lidos pelo organismo.

Gratuita e aberta ao público — basta inscrever-se no site do evento —, a Semana de Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz deste ano aborda subtemas como o impacto da saúde física e mental da futura mãe no desenvolvimento do bebê, o estresse perinatal influenciando no desenvolvimento neuropsicológico da criança,

a situação da criança que vive em instituição de acolhimento e as relações entre genética, meio ambiente e cultura. Há ênfase nas atividades lúdicas, como a música, a literatura e a interpretação de histórias, que influenciam nessa dinâmica.

O Marco Legal da Primeira Infância, que tramita no Congresso, também será debatido. Paulo Paim (PT-RS) apresentará amanhã, às 14h, um painel a respeito de políticas públicas e da legislação sobre o tema.

Na quarta, as Comissões de Educação (CE), de Assuntos Sociais (CAS) e de Direitos Humanos (CDH) fazem audiência pública conjunta, às 10h, sobre primeira infância e epigenética.

Entre os palestrantes, es-

tão os franceses Françoise Molénat, psiquiatra; Gilles Cambonie, pediatra e neonatologista; e Jaqueline Wendland, psicóloga. Entre os brasileiros, destacam-se a neurocientista Fabíola Zucchi, a psicóloga Maria Regina Maluf e a professora Paula Pecker.

O evento é realizado em parceria com a Universidade Paris Descartes, a embaixada da França e a Fundação Maria Cecília Souto Vidigal.

Inscrições:
www.senado.leg.br/InfanciaePaz
Facebook:
www.facebook.com/InfanciaEPaz

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência na 4ª e participar dela



Crianças brincam: experiência vivida até os 6 anos afeta forma como gene agirá

Imposto sindical, insumos e aeronáutica em debate

As fontes de custeio dos sindicatos são o tema da audiência pública que a Comissão de Direitos Humanos (CDH) promove hoje, às 9h.

Também hoje, às 17h, a Subcomissão Permanente do Setor de Mineração promove debate sobre a disponibilidade de insumos minerais para a agricultura e a pecuária.

Já a Comissão de Reforma do Código Brasileiro de Aeronáutica (CBA) fará audiência amanhã, às 14h.

A CDH debate com dirigentes da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e da Força Sindical propostas que alteram a cobrança de contribuição sindical obrigatória, prevista na Constituição.

Para a audiência pública na Subcomissão de Mineração, foram convidados representantes do setor de difusão de adubos, das indústrias de tecnologia em nutrição vegetal e da Confederação da Agricultura e Pecuária

do Brasil (CNA).

Na comissão sobre o Código de Aeronáutica, a audiência pública de amanhã debaterá a composição dos preços do combustível da aviação e o tarifário aos usuários. Participam representantes da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), da Infraero e do Departamento de Controle do Espaço Aéreo (Decea).

Veja na pág. 2 como acompanhar as audiências e participar delas

No Dia da Alimentação, Paim vê avanço na luta contra fome

Na sexta, Dia Mundial da Alimentação e véspera do Dia Internacional para a Erradicação da Pobreza, Paulo Paim (PT-RS) destacou os avanços do Brasil e do mundo no combate à fome e à miséria e defendeu a manutenção de programas como o Bolsa Família.

No Brasil, a pobreza extrema caiu a um sétimo do que representava em 1990, destacou Paim.

— Segundo Alan Bojanic, representante da FAO [órgão da ONU para a alimentação] no Brasil, o Bolsa Família e o Brasil sem Miséria são as principais políticas responsáveis por essa conquista.



Waldeir Barreto/Agência Senado

Gurgacz: disputa entre governo e oposição afeta produtividade

Preocupado com impactos da crise política sobre a economia, Acir Gurgacz (PDT-RO) condenou disputas entre oposição e governo que têm gerado instabilidade no setor produtivo, afugentando investimentos e ampliando o desemprego. Apesar de ressaltar que não concorda com todas as medidas do governo, ele disse ver esforço na busca de solução.

— Há uma crise política que está afetando a crise econômica. Países em situação econômica pior, com inflação superior e reservas menores que as do Brasil, estão com menos problemas, porque não têm a crise política — advertiu.



Pedro França/Agência Senado

ACONTECEU NO SENADO



Pedro França/Agência Senado — 14/10/2015

Comissão de Constituição e Justiça aprova proposta de novos cargos

Vai a Plenário criação de cargos públicos federais

■ Cerca de 8 mil cargos podem ser criados nas áreas de saúde, educação e segurança pública, segundo projeto aprovado na quarta-feira na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O PLC 99/2015 segue para o Plenário. O provimento dos cargos dependerá da disponibilidade do Orçamento.

CONGRESSO INSTALA CINCO NOVAS COMISSÕES DE MPS

■ O Congresso instalou, na quarta, cinco comissões mistas para analisar medidas provisórias. Três delas — MP 692/2015, MP 694/2015 e MP 696/2015 — tratam do novo pacote de ajuste fiscal do governo.

CPI PODE INVESTIGAR SOBRINHO DE MINISTRO

■ Ex-secretária do escritório de advocacia de José Ricardo da Silva quando ele integrava o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, Gegliane Bessa confirmou à CPI do Carf que fez pagamentos a Juliano Nardes, sobrinho do ministro Augusto Nardes, do TCU. Ela e Hugo Borges, ex-funcionário do escritório, foram ouvidos na quinta. A CPI vota nesta semana a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico de Juliano.



Waldeir Barreto/Agência Senado

DIRIGENTES DE CLUBES DE FUTEBOL CRITICAM LEI PELÉ

■ A CPI do Futebol recebeu, na quarta, os presidentes do Vasco e do Corinthians. Eles pediram uma revisão da Lei Pelé, para que dê mais amparo e proteção aos clubes na formação de jogadores.

CADASTRO AMBIENTAL É TEMA DE AUDIÊNCIA

■ A implantação do Cadastro Ambiental Rural (CAR) foi tema de audiência nas Comissões de Agricultura (CRA) e de Meio Ambiente (CMA) na quinta-feira. O diretor do Serviço Florestal Brasileiro do Ministério do Meio Ambiente, Raimundo Deusdará Filho, informou que há quase 240 milhões de hectares inscritos no cadastro, cerca de 60% do que se espera obter. O prazo se encerra no ano que vem.



Stefano Wroblewski/Repórter Brasil

COMISSÃO DECIDE MANTER RÓTULO EM TRANSGÊNICOS

■ Na terça, a Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) rejeitou o PLC 34/2015, que retira a obrigação de produtos alimentares estamparem nos rótulos símbolo indicando a presença de transgênicos.

TERCEIRIZAÇÃO DIVIDE EMPRESAS E SINDICATOS

■ A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) promoveu uma audiência pública na terça-feira sobre a ampliação das possibilidades de terceirização previstas no PLC 30/2015. Empresários e trabalhadores divergiram.

ESPECIALISTA COBRA VERBA PARA ENSINO A DISTÂNCIA

■ O financiamento ao ensino superior deveria incluir os cursos a distância. A proposta foi defendida por estudantes e especialistas numa audiência promovida pela Comissão de Educação (CE) na quinta-feira sobre as novas regras para essa modalidade de ensino. O Conselho Nacional de Educação já trabalha em um novo marco regulatório para o ensino a distância. A ideia tem Paulo Paim (PT-RS) entre os defensores.



Edilson Rodrigues/Agência Senado

ENCONTRO PEDE MAIS MULHERES NO LEGISLATIVO

■ Na quarta, senadoras, deputadas e vereadoras participaram do encontro Pacto Federativo pelos Direitos das Mulheres, por mais presença feminina no Legislativo.

ÁGUAS PÚBLICAS SÃO ASSUNTO DE DEBATE EM COMISSÃO

■ A Comissão de Infraestrutura (CI) promoveu na quarta uma audiência para discutir os efeitos da Portaria 404/2012, da Secretaria do Patrimônio da União (SPU), que trata da cobrança pelo uso de águas públicas.